



# CLIPPING



22 e 23 de  
OUTUBRO  
2022

---

## EM **POUCAS** LINHAS

➤ **Será lançado, no próximo dia 27, no Centro Cultural da Justiça Eleitoral, o livro “Direito Eleitoral - O Pensamento das Cortes”.**

➤ A obra é resultado de um trabalho coordenado pelo vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, desembargador corregedor Leonam Gondim da Cruz Júnior, ao lado das advogadas Rosimeire Oliveira Nascimento, Eula Gorayab Santos Fonseca e Fernanda Moreira Souza.

➤ **O livro, que traz artigos assinados por todos os autores, também reúne julgamentos do TRE-PA e de outros Tribunais Eleitorais.**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## HABEAS CORPUS

**Advogada acusada  
de matar a mãe é solta**ELCK OLIVEIRA  
DA REDAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Pará concedeu, nesta sexta-feira (21), habeas corpus à advogada Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello, acusada de homicídio qualificado contra a própria mãe, Arlene Giugni da Silva, morta em janeiro deste ano, em Belém. Ela havia sido presa no último dia 14, após se apresentar à Polícia Civil. Inicialmente, um dos irmãos de Juliana, Leonardo Felipe Giugni Bahia, foi acusado do crime, mas, posteriormente, Juliana também foi indicada como autora, com prisão requerida pelo Ministério Público. Diante da decisão proferida agora, Juliana foi solta ainda na tarde desta sexta-feira (21).

No pedido de habeas corpus, o advogado que defende Juliana, Rodrigo Tavares Godinho, alega, entre outros fatores, que Juliana tem uma filha de seis anos de idade, e que a prisão preventiva poderia ser substituída pela domiciliar, além de "constrangimento ilegal, porque inexistem requisitos da prisão preventiva e fundamentação idônea no decreto cautelar, violando-se o princípio da presunção de inocência".

O argumento foi acatado pela desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, para quem "a prisão cautelar é exceção, uma vez que implica na privação da liberdade do indivíduo antes da condenação final. Logo, somente deve ser aplicada quando não for cabível sua substituição por outra medida cautelar".

Segundo a juíza, em sua decisão, a decretação da prisão preventiva de Juliana ocorreu somente no último dia 13 de outubro e foi baseada "nos argumentos de que a paciente (Juliana) estaria coagindo a testemunha Annanda Márcia de Lima Ferreira e sua filha de 03 anos de idade, prejudicando o trabalho pericial da cena e do local do crime, a revelar sua periculosidade e se amoldando à garantia da ordem pública e conveniência da instrução

criminal a respaldar a medida extrema".

Contudo, para a magistrada, esses argumentos não se sustentam. "Constato que, logo após a ocorrência do crime em janeiro de 2022, a Polícia esteve no local, coletou provas, realizou perícia e não se tem notícias, na decisão vergastada e nos autos, de que o local do crime tenha sido lacrado e proibido o acesso pelos seus proprietários/moradores, de tal sorte que, no primeiro átimo de vista, parece-me razoável que a paciente não quisesse mais residir no local onde faleceu sua mãe, sendo crível a retirada de seus pertences e de objetos do local, pois, repito, não há notícias de que o apartamento estaria lacrado pela autoridade policial. Por outro lado, a testemunha que alega, em boletim de ocorrência, ter sido ameaçada pela paciente é a namorada do seu irmão, que se encontra custodiado preventivamente desde o fato criminoso, o que torna referida prova de coação de testemunhas, por ora, frágil a sustentar o decreto preventivo", discorre a magistrada.

**O CASO**

A vítima, Arlene Giugni da Silva, foi morta no dia 18 de janeiro deste ano, em um prédio residencial no bairro de Batista Campos, em Belém. Inicialmente, o filho da vítima, Leonardo Felipe Giugni Bahia, foi denunciado como autor do assassinato e por tentativa de assassinato da irmã, Juliana. Posteriormente, após a inclusão de novas perícias nos autos, a Promotoria de Justiça concluiu que ficou comprovado que o feminicídio contra a mãe foi praticado por Juliana, sendo seu irmão o coautor.

No último dia 13, o Ministério Público requereu a prisão preventiva de Juliana, que se apresentou à Polícia Civil, na sede da Divisão de Homicídios, no bairro de São Brás, no último dia 14. Ela foi encaminhada para o sistema penitenciário, onde esteve presa até esta sexta-feira (21).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br





## HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

### MINUTA

• A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, na sessão ordinária do Tribunal Pleno, do dia 19, anunciou o resultado do trabalho de atendimento a romeiros realizado pelo Judiciário paraense durante as festividades do Círio de Nazaré. Neste ano, foram realizados 7448 atendimentos, nos dois postos de acolhimento. O edifício-sede atendeu 5.339 romeiros e o posto de Ananindeua realizou 2.109 atendimentos.

• Nesta mesma sessão o ouvidor agrário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargador Mairton

Marques Carneiro, convidou os membros do TJPA a estarem presentes no prédio da Ouvidoria Agrária no dia 4 de dezembro, que, nesta data, receberá a imagem peregrina do Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Também será realizada uma missa no local, bem como haverá, na ocasião, a inauguração das novas instalações do prédio.

• Magistradas, servidoras e servidores já começaram a selecionar processos que tenham possibilidade de acordo e intimação das partes envolvidas para solução de conflito, que participarão das audiências da XVII Semana Nacional da

Conciliação, a ser realizada no período de 7 e 11 de novembro, em todas as Comarcas do Estado do Pará.

• A Comarca de Santarém iniciou na segunda-feira, 17, atividades de implantação para operacionalização de duas Unidades de Processamento Judicial das Varas Cíveis e Empresariais e das Varas Criminais. As UPJs são resultantes das concentrações das Secretarias de cinco Varas Cíveis e três Varas Criminais. As duas unidades são especializadas nos principais processos de trabalho que envolvem as unidades judiciárias de competência cível

e empresarial e de competência criminal. A unificação de serventias proporciona otimização dos trabalhos.

• A desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, eleita presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para o biênio 2023-2025 e doutora em Direitos Humanos pela Universidade Del Museo Social Argentino, proferiu conferência na cidade de Roma, na Itália, no último dia 10, durante o III Congresso Ítalo-Luso-Brasileiro de Direito. Nesta quinta-feira, 13, a magistrada ministrou outra conferência, desta vez em Lisboa, Portugal, no IX Congresso Luso-Brasileiro de Direito.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# MP promove Semana da Criança na Usipaz

## EVENTO

**Luiz Flávio**

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), realizou entre quarta-feira e ontem a VIII Semana da Criança e do Adolescente com o tema “Desafios à Proteção Integral”. A abertura aconteceu na Usina da Paz da Cabanagem, na tarde do dia 19, com atividades lúdicas envolvendo dança, poesia e teatro.

A Semana teve a presença do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., que abriu o evento. A oitava edição da Semana é uma iniciativa das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Belém, com apoio do CAO da Infância.

O evento visou discutir com os integrantes da Rede de Atendimento da criança e do adolescente os entraves da atualidade na implementação da proteção integral, do direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer e pro-



**A abertura** aconteceu na Usina da Paz da Cabanagem, na tarde do dia 19, com atividades lúdicas envolvendo dança, poesia e teatro FOTO: DIVULGAÇÃO

teção frente às desigualdades e injustiças sociais.

A abertura contou com apresentações lúdicas dos alunos de Escolas Estaduais, que replicaram, através de teatro, poesia e dança, os conhecimentos que receberam, previamente, por meio das visitas de

promotores de Justiça.

Ainda na programação da 8ª edição, foram ofertados serviços à população, tanto pelo MPPA, por meio das Promotorias de Registros Público e de Família e de Interditos, com orientação jurídica sobre ações de alimentos, guar-

da, divórcio e reconhecimento de paternidade.

A programação continuou na quinta-feira e ontem na sede do MPPA com eventos científicos, onde foram discutidas questões relevantes para implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SÁBADO**

Diário do Pará

JOVEM É EXECUTADO NA TERRA FIRME DURANTE A MADRUGADA.  
PÁGINA 3

**POLÍCIA**

## MARIA DA PENHA BATEU NA MULHER E FOI PRESO

**FLAGRANTE**

JR Avelar

**N**inguém sabe o que deu na cabeça de Wariton Victor de Cassio Costa do Espírito Santo, morador da cidade de Altamira, na região sudoeste do Pará, para agredir de forma violenta a companheira dele, Irene Torres Alves.

A agressão não ficou impune, já que a vítima compareceu à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher da cidade de Altamira, vinculada a Superintendência Regional do Xingu, e o agressor acabou preso quando estava em seu trabalho, como se nada tivesse acontecido.

Consta no registro da ocorrência que Wariton Victor de Cassio Costa do Espírito Santo, no âmbito do lar da famí-

lia, de maneira covarde agrediu a companheira, que lesionada esperou ele sair para se dirigir até a delegacia da Mulher e registrar o crime de agressão.

**DETIDO NO TRABALHO**

Imediatamente uma equipe de policiais da Delegacia de Atendimento à Mulher se deslocou até o local de trabalho do agressor, onde foi realizada sua detenção em flagrante decorrente de violência doméstica.

As policiais civis da Deam tiveram apoio de uma equipe da Deaca de Altamira para a prisão de Wariton Victor de Cassio Costa do Espírito Santo, que foi encaminhado à especializada onde foi autuado em flagrante.

Após os procedimentos, o homem foi mandado a exames no IML de Altamira, e em seguida, entregue ao Sistema Penal do Estado, onde vai aguardar decisão da comarca de Altamira.



Wariton Victor de Cassio Costa do Espírito Santo foi detido no próprio trabalho, depois que a vítima prestou queixa na delegacia local.  
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



# Advogada presa por matar a mãe é solta pela justiça

## HABEAS CORPUS

Em 18 de janeiro deste ano, Arlene Giugni da Silva foi morta a facadas no edifício Villa Dei Fiori, localizado na travessa Dr. Moraes, no bairro Batista Campos, onde morava com os filhos. Na época, Leonardo Felipe Giugni Bahia, que também é advogado, chegou a assumir a autoria do crime sozinho, mas posteriormente, a irmã dele, e Juliana Giugni Cavalcante Soriano de Mello, foi acusada de ser a autora do homicídio, sendo presa após se entregar na Justiça no último dia 14.

Já na sexta-feira, 21, a desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos concedeu habeas corpus em favor de Juliana. Com a decisão, a prisão preventiva contra Juliana foi revertida para medidas cautelares diversas.

Recentemente, o advogado criminalista Rodrigo Godinho, que defende Juliana Giugni, deu uma entrevista exclusiva ao DOL em que disse que o promotor de Justiça Franklin Lobato teria omitido informações para imprensa e nas peças processuais apresentadas pelo Ministério Público.

“Estranhamente o Ministério Público vem omitindo em suas declarações, mesmo estando no processo, e constataram [no laudo] que a autor do crime agiu do mesmo modus operandi com ambas as vítimas (Arlene e Juliana), sendo Leonardo Bahia o acusado de feminicídio e tentativa de feminicídio”, relata a defesa.

Em nota enviada ao DOL, o Ministério Público do Pará respondeu que: “A 4ª Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não irá se manifestar no momento, pois já apresentou seu posicionamento por meio das peças judiciais já oferecidas perante a Justiça. O MPPA aguarda o agendamento da reconstituição”.

## IRMÃ

Outra filha de Arlene, Lorena Cavalcante Giugni, também falou com exclusividade com a reportagem e disse que acredita na inocência da irmã Juliana. “Leonardo é o único autor do assassinato brutal da nossa mãe... E mais: ele confessou!!! Deixou bilhete escrito já periciado e confirmado que é a letra dele”, declarou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

### 1º LUGAR NO RANKING DA TRANSPARÊNCIA COMEMORADO NO TRE DO PA

O TRE do PA conquistou o 1º lugar na categoria "Justiça Eleitoral", no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, alcançando 100% dos 84 quesitos previstos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), organizador da premiação. O feito foi celebrado na sede do TRE nesta quarta-feira, 19, com a chegada do troféu. A presidente do Regional, desembargadora Luzia Nadja Guimarães (na foto com o juiz eleitoral Edmar Pereira, ouvidor do TRE, e Valéria Fontelles, assessora da Ouvidoria), agradeceu a todos os colaboradores pelo prêmio, que estimula o aperfeiçoamento dos órgãos da Justiça Brasileira que mais se destacam no fornecimento de informações de forma transparente, acessível e organizada.



### TJPA adere a ACT para prevenir tortura e maus-tratos a custodiados

O poder judiciário do Pará, governo do Estado e órgãos do Sistema de Justiça estaduais firmaram Acordo de Cooperação Técnica para a criação de um Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura e maus-tratos a Pessoas Custodiadas em Situação de Privação ou Restrição de Liberdade no Estado. A adesão do TJPA foi formalizada pela presidente do Tribunal, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, junto ao supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), desembargador José Roberto Pinheiro Maia Júnior, ao desembargador Luiz Gonzaga Neto, e aos representantes dos órgãos signatários.

### Primeira mulher a presidir a OAB-PA é homenageada

Durante a abertura do Encontro de Lideranças Femininas da OAB-PA, no Centro Cultural de Parauapebas, a advogada Avelina Hesketh, primeira mulher a presidir a Ordem no Pará, recebeu o prêmio "Myrthes Gomes de Campos", que homenageia mulheres que contribuíram para o fortalecimento da democracia e promoção da equidade social. O encontro debateu e analisou a presença da mulher em posição de destaque e liderança no Sistema OAB quanto na sociedade. Também foi lançada a campanha "Advocacia Sem Assédio", do Conselho Federal da OAB, para combater violência contra as mulheres. O presidente da OAB-PA, Eduardo Imbiriba, e a vice-presidente, Luciana Gluck Paul, entregaram a premiação.



### Juíza paraense participa de obra sobre mulheres na Justiça do Trabalho

O TST lançou, na terça-feira, o livro "Mulheres na Justiça do Trabalho: 80 anos em perspectiva", em evento na sede da Corte, em Brasília. A obra coletiva é assinada pela ministra do TST Morgana Richa, coordenadora do Observatório Excelências Femininas, em conjunto com várias magistradas. A diretora para juízes fora de sede da Associação dos Magistrados da JT da 8ª Região (AMATRA 8), Elinay Ferreira (na foto a segunda da direita pra esquerda), participou da obra com o artigo "Teto de Vidro: as microagressões de gênero e os desafios de ser mulher e magistrada na Justiça do Trabalho", em parceria com a juíza Adriana Manta. Elinay, que também é diretora de informática da associação nacional, prestigiou o evento.

### DIREITO É DIREITO



Evandro Andrade, especialista em Direito Empresarial e Trabalhista, esclarece à coluna sobre assédio eleitoral no ambiente de trabalho, sobre como agir e como prevenir.

#### JF-O que é assédio eleitoral no ambiente de trabalho?

R: É a violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato. No ambiente de trabalho, o mais comum é o relato de ameaça dos empregadores contra empregados, mas pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive do mesmo nível hierárquico. Para caracterizá-lo, o ato deve superar a mera opinião e concretizar uma ameaça, como a dispensa, por exemplo.

#### JF-Empregador e empregados podem manifestar opinião política?

R: O principal é reconhecer a gravidade do ato e que não se resume a discurso de direita ou esquerda. A empresa pode vedar

o uso do local e/ou instrumentos de trabalho para atos de campanha, inclusive grupos de Whatsapp. É fundamental adotar e orientar os empregados sobre boas práticas na comunicação e relação interpessoal, tanto presenciais como virtuais, além de fiscalizar e punir os infratores. Cabe à diretoria dar o exemplo. Enquanto eleitor, todos podem manifestar opinião política, mas jamais ameaçar, ainda que veladamente.

#### JF-Quais as penalidades aplicáveis?

R: Assédio eleitoral é crime, punido com até 4 anos de reclusão e multa, conforme artigo 301 do Código Eleitoral. Além da pena criminal, a empresa pode ser condenada a pagar indenização civil ao empregado ameaçado/constrangido. Dependendo da gravidade e extensão do ato, a empresa pode ser condenada a pagar danos morais coletivos pela lesão intollerável a valores fundamentais da sociedade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)





**DOMINGO**

**Diário do Pará**



**COLOMBIANO E PARAENSE SÃO PRESOS COM METRALHADORA.**  
PÁGINA 2

# POLÍCIA

## LAVAGEM DE DINHEIRO



José Benedito Santana da Silva Junior e Joice Madelin Gomes foram detidos em Itaituba. FOTOS: DIVULGAÇÃO

# IRMÃOS ACUSADOS DE FRAUDE

### MANDADO JUDICIAL

JR Avelar

**U**m casal que deu um prejuízo enorme a uma empresa em Itaituba, sudoeste do Pará, após investigação da Polícia Civil, teve sua prisão preventiva de-

cretada pela Justiça e, em seguida, cumprida com sucesso por policiais civis da 19ª Seccional Urbana de Itaituba.

Foram presos José Benedito Santana da Silva Junior e Joice Madelin Gomes em dois locais diferentes de Itaituba, em cumprimento de mandado de prisão preventiva com busca e apreensão e bloqueio de valores, refe-

rente a furto mediante fraude e lavagem de dinheiro. O registro do fato gerou um inquérito policial que investigava o desvio de aproximadamente oito mil sacas de cimento por parte do gerente na época José Benedito Santana da Silva Júnior.

Investigando o fato, os policiais civis da 19ª Seccional Urbana de Itaituba descobriram

que José Benedito, juntamente com sua irmã, Joice Madelin Gomes, criaram a empresa JFM, de fachada, para realizar vendas de cimentos a diversas empresas do ramo de Itaituba, faturando R\$ 1,2 milhão no período setembro a maio de 2022.

Com os mandados em mãos, os policiais civis prenderam os irmãos e na busca

e apreensão foi apreendida uma TV de 73", documentos e celulares, bem como bloqueio financeiro das contas pessoais e da empresa, sequestro de um imóvel avaliado em R\$ 100 mil e dois veículos avaliados no total em R\$ 200 mil para fins de ressarcimento dos valores e recuperação dos ativos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br